

A REVOLUÇÃO DOS PADRES DE 1817 *

SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Os Padres e a Teologia da Ilustração – Pernambuco 1817*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

Breno Gontijo Andrade **

O historiador Manuel de Oliveira Lima, em seus escritos, relata que a Revolução Pernambucana de 1817 poderia também ser conhecida como A Revolução dos Padres. Não era para menos, a participação dos clérigos foi bastante vultosa, misturando as mais variadas ordens eclesiásticas e os seus diversos graus hierárquicos em um movimento que rompeu laços com o Império Lusitano por mais de 70 dias. Em 1817, o extenso bispado da Diocese de Olinda se encontrava vago, pois por volta de 1815 o clérigo que exercia a sua direção havia viajado à corte no Rio de Janeiro para receber a sagração episcopal (BERNARDES, 2006) e até então não retornara. Nesse ínterim, o cabido ficou responsável pelo controle do bispado, tendo o Deão Bernardo Luiz Ferreira Portugal como a sua maior autoridade. Rebentada a revolução em 06 de março de 1817, o deão apoiou o movimento com entusiasmo, emitindo ordens a toda a diocese e a todos os padres, para que abraçassem a pátria¹ e logo instruissem os fiéis a fazer o mesmo. Além da adesão da maior autoridade eclesiástica do bispado à revolução, outro padre, João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, Professor de desenho do Seminário de Olinda, foi um dos governadores que compôs a junta governativa, formada por cinco membros. Exemplos não faltarão sobre a participação do clero em 1817: além de ocuparem cargos governando a revolução, serviram como soldados, comandantes de tropas, emissários, propagadores dos ideais revolucionários e até o cronista por excelência de 1817 também era membro do clero. Trata-se de Francisco Muniz Tavares que nos legou a

* Resenha recebida em 11/04/2011. Aprovada em 16/05/2011.

** Mestrando em História. UFMG.

¹ O significado da palavra *pátria* no contexto da Revolução de 1817 era diferente do que usamos hoje. Para mais detalhes ver: (VILLALTA, 2003) , (BERBEL, 2001) e (ANDRADE, 2010).

obra *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, publicada pela primeira vez em 1840, um clássico da historiografia obrigatório para quem quiser entender o movimento de 1817.

Ainda que tantos padres tenham participado da Revolução Pernambucana, são poucos os historiadores que se preocuparam em pesquisar a relação do clero com o movimento de 1817. Não é o caso do Professor Doutor Antônio Jorge de Siqueira, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que lançou, em 2009, o livro intitulado *Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco 1817* pela Editora Universitária da UFPE. Nesse livro, o autor lança luzes sobre a participação do clero em 1817 e o pensamento que permeava as suas ações, denominado por ele de *Teologia da Ilustração*.

Mas antes, o autor vai buscar as origens dessa *Teologia da Ilustração* nos tempos de Pombal. A *Teologia da Ilustração*, segundo o autor, é uma das formas que a igreja portuguesa encontrou para se adaptar ao reformismo ilustrado preconizado por Pombal, visando novas orientações na educação formal dos presbíteros. A *Teologia da Ilustração* não seria um conjunto de doutrinas, valores éticos e morais, mas apenas marcas de uma orientação filosófica e cultural que impregnava o clero lusitano em um contexto de reformas e redefinições “um pensar teológico com base numa sistematização filosófica, ambas balizadas e inspiradas nos ventos e valores do iluminismo europeu” (SIQUEIRA, 2009, p. 50). Coincide com o amadurecimento da *Teologia da Ilustração* a ascensão dos clérigos da Congregação do Oratório, os denominados oratorianos, pela sua afinidade com os parâmetros do pensamento ilustrado. O seu principal mentor seria o oratoriano Luís Antônio Verney, que escreveu importante obra sugerindo reformas educacionais em Portugal, intitulada *O Verdadeiro Método de Estudar*. Dessa forma, aos poucos, os oratorianos ocupavam o lugar antes dos jesuítas na cultura e pensamento português (SIQUEIRA, 2009, p. 41). Outros padres também serão importantes para a Teologia da Ilustração, tal como os oratorianos Antônio Pereira de Figueiredo, o padre Teodoro de Almeida, o padre Francisco José Freire, bem como o franciscano Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

No Brasil, a capitania que mais utilizou dessa *Teologia da Ilustração* foi Pernambuco, tendo como difusor dessa pedagogia o seminário de Olinda, fundado pelo Bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, em 1800. O seminário de Olinda, livre das amarras tridentinas, se empenhou em formar sacerdotes pautados nas reformas ilustradas, ou seja, que fossem úteis ao Estado e à Igreja, ao mesmo tempo em que fossem tolerantes com outras religiões, valessem do convencimento

baseado na persuasão, ao invés do convencimento impositivo baseado na autoridade, valorizassem a natureza como fonte de conhecimento e epifania divina, abandonassem a superstição, o fanatismo e a ignorância em benefício da razão. Uma das condições para ser aceito no seminário de Olinda era a que o aluno fosse espelho de homem ilustre (SIQUEIRA, 2009, p. 146). Houve até uma espécie de grade curricular recomendável ao ensino dos discentes, que se focassem os estudos físicos e naturais, utilizando-se da História Natural, Hidroteologia, Cosmogonia, Astronomia, Conhecimentos Anatômicos, Mundo das Artes, Conhecimentos Matemáticos e Conhecimentos Geográficos. Não por acaso que muitos de seus alunos, anos depois, participaram da Revolução Pernambucana de 1817. Segundo o autor, foi nos espaços eclesiásticos, tais como o seminário de Olinda, conventos, capelas e sacristias que aconteceram os primeiros questionamentos contra o governo português.

Porém, o seminário de Olinda não teve essa importância não fossem os empenhos de seu fundador, o Bispo Azeredo Coutinho. Amigo e correspondente do franciscano Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, o Bispo Azeredo Coutinho também esteve alinhado com a *Teologia da Ilustração*, defendendo a ideia de que a educação era preponderante para a regeneração social e moral. Preocupava-se também com a educação mais rudimentar que deveria instruir os homens para serem úteis ao Estado e à Igreja. Importava-se até mesmo com a educação das mulheres, não como meio somente de instruí-las, mas como meio de fazer com que elas fossem úteis ao Estado e à Igreja. Dizia: “eu estabeleci ali um Seminário de meninas. Eu lhes dei estatuto próprio para a educação das mães de família e para aquelas que um dia hão de ser as primeiras mestras dos homens” (AZEREDO COUTINHO, 1804, p. 10-11). Luís Antônio Verney, o expoente dessa *Teologia da Ilustração*, em sua obra intitulada *O Verdadeiro Método de Estudar*, percebia as mulheres iguais aos homens e defendia ideias semelhantes as do Bispo Azeredo Coutinho: as mulheres deveriam ser educadas porque como mães seriam as primeiras mestras de seus filhos (VERNEY, 1746). Ideias modernas para a época, se compararmos ao posicionamento de Rousseau frente às mulheres, que as tomava por seres inferiores, emotivas, crédulas, guiadas pelos apetites sexuais, que deveriam zelar apenas pelo lar e pelos filhos, além de serem intelectualmente incapazes frente aos homens.

Sobre os professores do seminário de Olinda, o Bispo Azeredo Coutinho relatou que deveriam se preocupar com um ensino prático e não com “matérias e questões inúteis” (AZEREDO COUTINHO, 1798, p. 45). O professor deveria ser hábil em sua arte, modelo de virtude e de

bondade para formar discípulos hábeis e bons cidadãos. Tributário ao ideário das luzes refere-se às vantagens do saber matemático e às observações diretas da natureza no ensinamento dos alunos. Quando os discípulos se formassem párocos deveriam ser considerados sábios e instruídos que, mesmo em meio a um inóspito deserto, fossem capazes de conversar com a natureza e com o criador. Solitários, os seus livros e seus estudos seriam os seus mais fiéis companheiros (AZEREDO COUTINHO, 1804, p. 43). O sermão atribuído ao Padre Francisco Manoel de Barros, revolucionário de 1817, e vigário coadjutor da freguesia do Aracati, no Ceará, segundo a análise do autor, é de surpreendente nível filosófico e teológico comprovando que a *Teologia da Ilustração* era “ensinada e posta em prática na pastoral dos padres” (SIQUEIRA, 2009, p. 135) que se engajaram em 1817.

Cabe, ainda, salientar que a fundação do seminário de Olinda é um marco na instrução do clero na América Portuguesa. Segundo o autor, no final do século XVIII e início do XIX, os seminários episcopais enfrentaram uma desorganização estrutural evidenciada pela falta de uma política dos bispados em relação à formação dos padres e funcionamento dos seminários. Ademais, nos séculos precedentes, o corpo eclesiástico esteve entregue a sua própria sorte, levando o clero a viver na penúria e de maneira dissonante dos dogmas católicos, nem sempre bem instruídos e espalhados em territórios amplos e dependentes do poder central da igreja (SIQUEIRA, 2009). Assim, o seminário de Olinda se caracterizou por uma exceção às precariedades e à falta de instrução do clero de um modo geral.

Em 1817, os padres formados no seminário de Olinda e também aqueles inspirados por essa *Teologia da Ilustração*, aderiram à revolução². Será um dos segmentos mais participativos no levante da sociedade pernambucana. Pelo menos 70 padres participaram do levante, segundo os cálculos feitos pelo autor sobre os autos da devassa. Entretanto, como muito dos documentos sobre 1817 foram destruídos pelos próprios revolucionários no momento em que as forças realistas encurralavam os levantados, e como a devassa foi encerrada antes de chegar às suas primeiras conclusões, é presumível que o número de eclesiásticos na revolução pernambucana seja ainda maior.

² Não se pode esquecer da participação de outros padres na contrarrevolução. Por exemplo, apesar dos oratorianos serem difusores das luzes, não apoiaram a revolução pernambucana e sim as forças restauradoras (BERNARDES, 2006, p. 138).

A participação os padres na revolução foi de suma importância destacando-se na liderança do ideário e doutrinação política e nas refregas da luta armada. A documentação é abundante em demonstrar que o clero se empenhou em persuadir e aliciar a população a favor da revolução, consolidando conquistas e intimando indecisos e recalcitrantes. Próximos aos militares, os padres desempenharam diversos papéis nas tropas desde capitães de guerrilha até soldados. Há até casos em que alguns conventos serviram de campo de treinamento militar ou mesmo como local para alojar armas. A essa efetiva participação do clero em 1817, Antônio Jorge da Siqueira denomina de “práxis revolucionária” (SIQUEIRA, 2009, p. 189).

A revolução de 1817 só terá sucesso em se difundir por regiões mais amplas quando fizer uso do aparelho eclesiástico, atingindo até mesmo os sertões por meio de fios que ligavam os vigários, as igrejas e paróquias às grandes autoridades do bispado. Os púlpitos, pastorais e até os livros de tombo das paróquias estarão impregnados pelo ideário revolucionário. O governo provisório por meio do clero fez circular pastorais instruindo os fiéis a abandonarem as rivalidades que dividiam o rebanho entre brasileiros e europeus³, recomendando ordem e união em benefício da revolução. Dessa forma, as pastorais, amparadas pelas explicações do clero serviram como um dos vários instrumentos políticos de doutrinação para legitimar o levante. Haverá outros muitos argumentos defendendo a mesma legitimação do governo provisório com respaldo do clero, tal como o que dizia que a revolução não era obra dos homens e sim da providência, que destruíra impérios e levantavam outros (SIQUEIRA, 2009, p. 214). Enfim, o corpo eclesiástico foi fundamental para o governo provisório, pois atenuava as tensões entre brasileiros e europeus, cimentava a adesão da população à revolução, doutrinava o povo, divulgava e propagava o ideário preconizado pelos revolucionários.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, B. G. Vocabulário Político e Maçonaria na Revolução Pernambucana de 1817. *OPSIIS (UFG)*. Catalão, v. 10, p. 169-186, 2010.
- AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Discurso sobre o Estado Actual das Minas do Brasil*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

³ Para as acepções dos termos “brasileiro” e “europeu” remonto aos artigos: (VILLALTA, 2003) e (ANDRADE, 2010).

- AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1798.
- BERBEL, Márcia. *Pátria e Patriotas em Pernambuco (1817-1822)*, 2001 (datiloscrito).
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os Padres e a Teologia da Ilustração – Pernambuco 1817*. Recife: Editora da UFPE, 2009.
- VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar: para ser útil à Republica, e à Igreja*. Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817: ‘encruzilhada de desencontros’ do Império Luso-Brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação. *Revista USP*. São Paulo, v. 58, p. 58-91, 2003.

